

PROMAR
Produtora de Mármore

Av. do Trabalho 1999 - Maputo
Tel. 731047 # Fax 401108

mediaFAX

DIMAC
Materiais de Construção

Av. Zedequias Manganhele, 520 - Maputo
Tel 423308/425571

Segunda-Feira # 25 de Maio # Nº 1/92

De segunda a sexta, um diário no seu fax # Propriedade: mediacoop - jornalistas associados, scri

Editor: Carlos Cardoso # Redacção: Av. Mártires da Machava, nº 1002
C.P. 73 # Tls 490906, 743952 # Fax 490063 # Tlx 6-233 # Moçambique

O QUE SE PASSA EM ROMA ? (1ª Parte)

1-00/92 (Maputo) O «mediaFAX» que marcar o seu aparecimento com uma série de artigos sobre o processo negociado em Roma. Publicamos hoje o primeiro de 5 trabalhos, feitos nos finais de Abril e princípios de Maio, no intuito de ajudarmos a opinião pública nacional a familiarizar-se melhor com o que se passa nas negociações.

Quanto custam e quem paga essas negociações?

O embaixador italiano em Moçambique, Manfredi di Camerana, que é também o chefe da Comissão Mista de Verificação (COMIVE) do acordo parcial de Roma de 1/12/90 sobre os corredores da Beira e do Limpopo, diz que o estado italiano custeia todos os gastos da Renamo. Em relação à delegação do governo moçambicano a Itália paga apenas o alojamento e a alimentação. Há a considerar também gastos com telecomunicações e com visitas a Roma de personalidades ligadas às negociações.

Quanto foi gasto até aqui?

«Ainda não contabilizámos tudo», diz di Camerana, «mas em Roma, desde o início das negociações gastaram-se mais de milhão e meio de dólares» (1 dólar americano = 2.800 meticais no paralelo). A isto há a acrescentar mais de 1 milhão de dólares gastos de um «fundo especial» italiano criado para custear o funcionamento da COMIVE em Moçambique, incluindo gastos com a delegação da Renamo hospedada nas instalações da «Bonifica» em Maputo.

Quisemos saber se, em Roma, as duas delegações recebem dinheiro de outras partes. «Eu tenho a impressão» diz di Camerana, «de que a delegação da Renamo em Roma não recebe dinheiro de outros lados. Quanto à delegação do governo não sei».

«O problema», continua di Camerana, «não está em Roma, está noutras capitais onde a Renamo tem delegações que recebem dinheiro no sei de onde. Se há alguma influência de grupos no processo de paz - não falo de governos - não é directamente sobre a delegação da Renamo em Roma. Se a Renamo recebe dinheiro de outros lados é Diakhama que o recebe, ou directamente ou através dos escritórios que a Renamo tem em capitais como Nairobi, Lisboa e outras».

Tentámos, em vão, saber quanto o estado moçambicano já gastou com o processo negociado e se o dinheiro é do estado ou de fonte externa. Após várias tentativas para localizarmos pessoa autorizada a falar deste assunto, encontrámo-la no Ministério das Finanças. Ela possuía os dados exactos mas precisava de autorização do Ministro de Estado na Presidência, Feliciano Gundana, antes de no-los facilitar. Um dia depois a mesma fonte disse-nos que não nos podia fornecer esses dados porque o Ministro Gundana ainda não achava oportuna a sua divulgação.

Até princípios de Maio, a próxima ronda negociada, cujo início se devia ter dado a 22 de Abril último, ainda não tinha

data de começo. Segundo a mediação italiana, o impasse resultava do facto de a Renamo exigir uma discussão de questões constitucionais enquanto o governo e a mediação insistiam na discussão das questões militares como ficara acordado na ronda anterior.

Nos finais de Abril, o assistente do sub-secretário de estado norte-americano para os assuntos africanos, Herman Cohen, encontrou-se com Diakhama no Malawi, tendo sido anunciado, após o encontro, que a Renamo aceitava agora passar às questões militares.

Mas o representante político da Renamo, já chegado à capital do país, Victor Anselmo, disse ao «mediaFAX» que a delegação da Renamo levaria a Roma, para a próxima ronda, uma lista de «artigos da Constituição que nós entendemos deverem ser suspensos». Ele acrescentou não poder dizer ainda de que artigos se trata.

Parece, portanto, haver ainda motivo para se esperar novos impasses quando as duas delegações se encontrarem de novo na capital italiana.

Antes do encontro Cohen-Diakhama pedramos a di Camerana que nos falasse do impasse que então existia.

«Este é o verdadeiro problema das negociações: não é possível perceber claramente o que a Renamo pede. No início das negociações os mediadores punham questões concretas: a agenda, a presença de tropas zimbabwuanas, os partidos políticos, o sistema eleitoral. Era difícil chegar a acordo entre as partes mas era possível porque todos sabiam do que se tratava. Agora, o problema da Constituição que significa? Que quer a Renamo? A revisão da Constituição? Modificar algumas partes, suspender alguns artigos? A Renamo rejeita a Constituição porque é a da Frelimo, aprovada por uma Assembleia mono-partidária que não pode ser aceite por um futuro Parlamento multi-partidário. Este princípio está correcto, e o governo não rejeita esta posição. O governo diz apenas que cabe ao futuro Parlamento decidir. Não outros não podemos decidir em Roma o que o Parlamento tem de decidir depois. A Renamo aceita esta posição mas diz 'no período de transição o que vai suceder? Esta Constituição pode permitir ao governo obstar o processo eleitoral. Amanhã', diz Diakhama, 'Chissano pode impor o estado de sítio e todas as liberdades democráticas são limitadas'. Ora, isso não é verdade. O Presidente Chissano não pode fazer isso porque na própria Constituição se fala numa lei que regulamente isso, uma lei que ainda não existe e que tem de ser aprovada pela Assembleia. Nós outros perguntamos à Renamo quais os artigos que podem ser aplicados de uma maneira contrária ao espírito das negociações. Quando estivemos em Roma da última vez Diakhama estava lá. Ele prometeu elaborar um documento com todos os pontos até finais de Março. Até hoje (23 de Abril) esse documento não chegou».

TCT - TRANSPORT COMMODITY TRADING

Exportadores de Pescado e Madeiras

Tel. 21797 # 33255 # 33228 Fax 421834 Telex 6-692 TCTMO - Maputo